

Águas Claras ganha rede de água
PÁGINA 20

DF - *linea*

Rombo no SLU chega a R\$ 500 mil

Empresas que alugam tratores para o serviço de limpeza urbana são acusadas de superfaturar sete mil horas extras

MARCONE GONÇALVES

A Secretaria do Meio Ambiente abriu sindicância para investigar as empresas que alugam tratores para o Serviço Autônomo de Limpeza Urbana. Segundo denunciou o próprio chefe da Divisão de Aterro do SLU, Francisco Plácidos Rodrigues Bezerra, funcionários do órgão superfaturaram as horas trabalhadas pelas empresas prestadoras de serviços em mais de sete mil horas, o que teria causado em apenas três meses um rombo de R\$ 511.257,00 no orçamento da autarquia.

O SLU paga, desde o ano passado, R\$ 70,46 por hora pelo aluguel de cada trator usado nos aterros sanitários. O diretor-geral da autarquia acredita que, embora seja difícil comprovar que houve corrupção por parte do empresariado, a sindicância poderá apontar o nome dos servidores e dirigentes do SLU que contribuíram para as irregularidades. "O indício maior de que havia algo de errado é que no primeiro dia em que assumimos, o pagamento com os serviços de caminhões coletores foi reduzido à metade", afirmou o diretor-geral do órgão, Luciano Sales. Ele acrescentou ainda que, assim que o SLU passou a emitir novos relatórios, o pagamento a terceiros reduziu de R\$ 1,3 milhões para R\$ 659 mil entre janeiro e abril.

Os principais suspeitos de participarem do esquema de corrupção dentro do SLU já não estão mais no órgão. Segundo contou Plácido Bezerra, o assessor da Diretoria de Manutenção do SLU, Carlos Moyses Monteiro, que é parente do deputado distrital Cláudio Monteiro (PPS), foi quem emitiu relatórios superfaturados para a Novacap, órgão que recebia dinheiro do SLU para pagar os prestadores de servi-

O SUMIÇO DAS HORAS

Divergências existentes nos relatórios do SLU, no período de 11 de julho a 31 de outubro/94

Total de horas trabalhadas

1.929h40m

Total de horas pagas

9.186h30m

Diferença

7.256h50m

O SUMIÇO REAL

A diferença entre horas pagas/horas trabalhadas entre julho e outubro/94 representa

R\$ 511.000

Esse valor significa:

5.110

salários mínimos

17

automóveis Temptra

8

apartamentos no Setor Sudoeste

Tony Winston

ço. "Eu fui designado pelo diretor-geral da época (Luiz Antônio Flores) para também fazer o relatório dos serviços prestados, ficando com a parte referente aos tratores. Tempos depois, o diretor de Manutenção me disse que eu não precisaria mais fazer relatório algum", disse, explicando que, como fora designado para o serviço, continuou relatando as horas trabalhadas e enviando quinquenalmente os documentos para o então diretor de Operações, Cláudio Rachid Dias.

"Pensei que eu seria exonerado do cargo quando insisti, mas eles não tomaram nenhuma providência. O Cláudio Rachid talvez porque já estivesse subordinado ao assessor de Manutenção, que no fim do ano chegou a assumir a diretoria geral do SLU".

Sumiço — Segundo Plácido, que

ontem depôs por mais de três horas na Comissão de Sindicância que apura a corrupção no SLU, os relatórios emitidos por eles foram trocados por Carlos Monteiro em outubro. "Ele disse que ia trocar porque havia pequenas divergências e poderia ser ruim caso a nova administração descobrisse", afirmou. "Só que quando eu li o relatório dele levei um susto. Fiz as contas e descobri uma diferença de mais de 7 mil horas", conta Plácido, acrescentando que mantinha cópias dos seus relatórios em casa.

Com o governo Cristovam Buarque assumindo em janeiro, Plácido Bezerra preservou o cargo e a denúncia. Só que a nova administração não conseguiu localizar nenhum dos officios encaminhados por ele.

Principais acusados estão sumidos

O ex-assessor de Manutenção Carlos Moyses Monteiro, o principal suspeito de envolvimento no esquema de corrupção no SLU, não havia sido localizado até às 14h00 de ontem através de seu telefone celular. O ex-diretor-geral do órgão, Luiz Antônio Peres Flores, não mora mais em Brasília. Segundo informou os funcionários da autarquia, Flores mudou-se com a família para Goiânia.

Apontado como o empresário mais beneficiado com o superfaturamento, Osvaldino Xavier de Oliveira, proprietário da firma Nely Transportes, negou a participação em qualquer esquema de corrupção. Para Osvaldino, tudo não passa de "brigas internas entre peões do SLU". O empresário acredita que o denunciante teria inventado um relatório difente para manter-se no cargo. "Além do mais, ele só levou em consideração o trabalho realizado pela gente em um aterro, quando tem os aterros de Planaltina da 604 Sul da Telebrasília".

justificou.

Os empresários Paulo Roberto Boaventura e José Rogério Jacó de Oliveira também foram citados, mas a reportagem não os localizou. Osvaldino garantiu apoio total à comissão de sindicância, mas destacou que só poderia falar por ele próprio. "Se isso acontece com os outros não sei", afirmou precavido, repetindo várias vezes que seria melhor ficar calado.

Osvaldino Xavier atendeu a reportagem do *Jornal de Brasília* por telefone. Ele assegurou na última segunda-feira que vai juntar provas e reunir outros empresários que alugam tratores e caminhões para o SLU para falar sobre o tema. "Esse pessoal fica jogando m. no ventilador, mas vai ter que provar. O pessoal que assumiu agora o SLU sabe que a gente fazia a coisa de maneira certa", afirmou. O empresário disse que em função "desta conversa fiada de bandido" está sendo marginalizado pelos funcionários e pela nova diretoria do ó-

ção. Além do mais, o controle era feito pelo SLU e não pela gente. Mesmo assim a gente tem como provar que recebeu pelo que tralhalhou", insistiu.

Osvaldino alega que nunca mais teve contato com o ex-assessor Cláudio Monteiro, acrescentando que soube apenas que ele estaria cuidando de uma empresa de turismo dele no Centro Comercial Gilberto Salomão.

Para Plácido Bezerra, a alegação do empresário de que ele teria feito relatórios falsos em busca de cargos é improcedente. "Já sou funcionário público em fim de carreira e já era chefe. O que eu esperava era até retaliação e perda do cargo", explicou. O denunciante não culpa os empresários pelo esquema de corrupção. "Eles têm que botar as máquinas para funcionar e trabalham sob condições impostas pela chefia do SLU. São os menos culpados neste processo todo", acredita. (ME)



Pátio da Nely Transportes, empresa envolvida nas denúncias

Comissão apura caso em sigilo

O presidente da Comissão de Sindicância que apura corrupção no SLU, Edilberto Sebastião Dias Campos, trabalha na biblioteca da Secretaria do Meio Ambiente e, com mais quatro funcionários, estuda há mais de um mês officios e relatórios. Ele se nega a dar declarações sobre o andamento dos trabalhos, alegando que a apuração é sigilosa.

Os trabalhos da comissão, previstos para encerrarem em 30

dias, sofreram uma prorrogação pelo mesmo período e, segundo Edilberto, outra prorrogação será pedida. "São muitos documentos e ainda teremos que tomar muitos depoimentos", afirmou, alegando que não podia informar as pessoas que seriam convocadas para depor. "Vamos esperar o trabalho de conclusão do relatório, para depois divulgarmos para a imprensa", afirmou. (ME)